

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.340 - MS (2019/0186176-3)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : MADSON PEREIRA FERNANDES  
**ADVOGADOS** : ALEX PEDRO DA SILVA RODRIGUES - MS012497B  
HERCILIO CRUZ SILVA E OUTRO(S) - MS023379  
**AGRAVADO** : DÉCIO ROSA FILHO  
**AGRAVADO** : ELIANA ROSA ESPIRITO SANTO  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALBERTO BRENNER GALVÃO FILHO - MS007868  
GIULIANO CORRADI ASTOLFI E OUTRO(S) - MS007462  
**ADVOGADA** : CARINA BOTTEGA - MS011618

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MADSON PEREIRA FERNANDES, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MADSON PEREIRA FERNANDES, o recurso especial foi instruído de forma insuficiente quanto ao preparo, no ato de sua interposição. No caso, não foram recolhidas as custas devidas ao Superior Tribunal de Justiça.

Ainda, percebeu-se, no tribunal de origem, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou. Veja que intimada para regularizar o preparo em 05/04/2019 (fl. 300), a parte só se manifestou em 15/04/2019 (fls. 301/305 e 406), fora do prazo legal de 5 (cinco) dias.

Dessa forma, o recurso especial não foi *devida* e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Outrossim, o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Tribunal *a quo*.

Consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, é necessário que a parte interponha todos os recursos ordinários no Tribunal de origem antes de buscar a instância especial (Súmula n. 281 do STF).

É, pois, pacífico o entendimento do STJ de que a interposição do recurso especial pressupõe o julgamento da questão controvertida pelo órgão colegiado do Tribunal de origem. Nesse sentido, o AgInt no AREsp 1262686/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 29/08/2018.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente